

Desigualdade de renda cai a menor nível em 11 anos

Desigualdade de renda cai para o nível mais baixo em 11 anos

Auxílio Brasil de R\$ 600 e retomada do mercado de trabalho impactam resultado de 2022, afirma IBGE

Leonardo Viceci

RIO DE JANEIRO Com a ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 às vésperas da eleição e a geração de vagas de trabalho, a desigualdade de renda entre ricos e pobres caiu em 2022 para o menor nível de uma série histórica iniciada em 2012, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O abismo entre os extremos da população é medido pelo índice de Gini, que varia de 0 (igualdade máxima) a 1 (desigualdade máxima).

Em 2022, o Gini do rendimento domiciliar per capita (por pessoa) caiu a 0,518, menor nível da série em 11 anos, após subir a 0,544 em 2021. Apesar da queda, o índice ainda segue em nível elevado se comparado ao de outros países, segundo o IBGE. O rendimento domiciliar per capita da metade da população mais pobre subiu 18% no ano passado, para R\$ 537 por mês. Enquanto isso, o ganho médio dos brasileiros 1% mais ricos foi de R\$ 17,447. O valor no topo da distribuição ficou 0,3% abaixo do registrado em 2021 (R\$ 17,494). Todos os valores são em termos reais, ou seja, são ajustados pela inflação.

Essa diferença é menor da série histórica, embora o abismo siga existindo. Em 2012, ano inicial dos registros, a marca era de 38,2 vezes. "A queda brusca dessa razão para o menor patamar da série histórica reflete um pouco tudo que observamos. Muitas pessoas voltaram para o mercado de trabalho, os muito pobres estão recebendo um auxílio que se compara ao auxílio emergencial em valor, e o 1% mais rico teve uma pequena redução no rendimento", afirmou Alessandra Brito, analista da pesquisa do IBGE.

Os resultados integram a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Continua: Rendimento de Todas as Fontes 2022. O rendimento domiciliar per capita corresponde ao ganho total de uma família dividido pela quantidade de pessoas na residência. Segundo o instituto, a ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600, às vésperas das eleições de 2022, no governo Jair Bolsonaro (PL), elevou os rendimentos dos mais pobres. Em paralelo, o mercado de trabalho deu sinais de retomada com o aumento de

7,7 milhões de pessoas na população ocupada. Além disso, a base de comparação fragilizada de 2021 também influiu nos avanços nas faixas da população com renda menor, de acordo com o instituto.

De 2021 para 2022, a desigualdade medida pelo índice de Gini diminuiu em todas as regiões, com destaque para o Nordeste (de 0,556 para 0,537) e o Sudeste (de 0,533 para 0,505).

O Nordeste, contudo, manteve o maior indicador das regiões. O Sul seguiu com o menor marca (0,458).

O economista Marcelo Neri, diretor do centro de políticas sociais FGV Social, também considera que o recuo da desigualdade reflete a atuação do Auxílio Brasil no segundo semestre do ano pas-

sado, além da volta do mercado de trabalho.

"É um resultado que chama a atenção. Tivemos um ciclo eleitoral forte, que se manifestou tanto no auxílio de R\$ 600 quanto em medidas como o controle do preço da gasolina. Esses efeitos se concentraram no segundo semestre", diz.

Para Neri, o movimento de redução do Gini tende a permanecer em 2023. Segundo o economista, um dos motivos que sustentam essa projeção é a manutenção de transferências do Auxílio Brasil, com previsão de adicionais, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O programa, contudo, foi rebatizado como Bolsa Família na gestão petista.

"Vamos ter um ano cheio do benefício em 2023. A sustentabilidade [da redução da desigualdade] terá como grande prova 2024, 2025", diz Neri. "Em 2024, isso vai ficar sujeito a questões orçamentárias".

O IBGE também divulgou o índice de Gini específico do rendimento médio mensal de todos os trabalhos dos brasileiros. O indicador de desigualdade recuou de 0,99 para 0,486, a menor marca da série. A renda média de todos os trabalhos teve queda de 2,1% em 2022. Já a massa de rendimentos, considerada a soma dos salários, avançou 6,6%.

Segundo Brito, o IBGE, a entrada de quase 8 milhões de brasileiros na população ocupada puxou a média do rendimento do trabalho para baixo, mas, aparentemente, essas pessoas ingressaram no mercado com vencimentos similares. A combinação teria resultado em uma distribuição menos desigual.

"Além disso, o rendimento médio dos trabalhadores sem carteira e por conta própria aumentou no período, também contribuindo para essa queda no índice de desigualdade", disse a pesquisadora.

Com a redução de 2,1% ante 2021, a renda média de todos os trabalhos foi estimada em R\$ 2.659 no ano passado. Trata-se do menor patamar da série histórica, iniciada em 2012, e da segunda retração consecutiva.

O valor do rendimento médio é calculado a partir da divisão dos recursos obtidos com o trabalho pelo número de trabalhadores ocupados em vagas formais ou informais.

A massa de rendimento mensal de todos os trabalhos, por sua vez, subiu para R\$ 253,1 bilhões. Segundo o IBGE, o resultado representa uma recuperação do indicador, após as perdas de 3,2% em 2021 e de 5,6% em 2022.

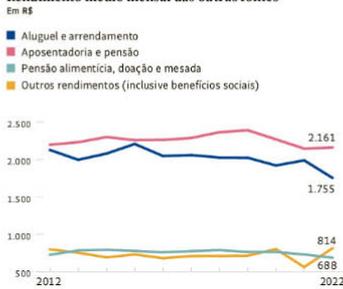
A renda dos brasileiros

Rendimento médio mensal cai no trabalho e sobe nas outras fontes em 2022

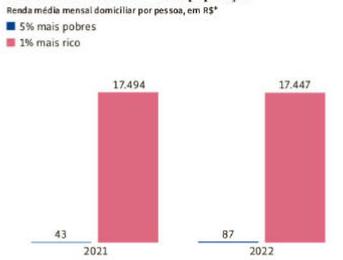


*Incluem aposentadoria, pensão, aluguel, arrendamento, pensão alimentícia, doação, mesada e outros rendimentos (programas de transferência de renda, rentabilidade de aplicações financeiras etc)

Rendimento médio mensal das outras fontes

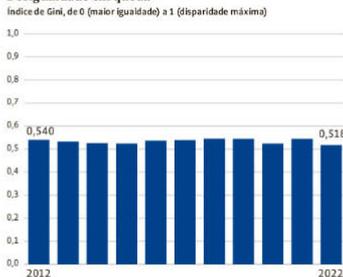


Rendimento dos extremos da população



102,3% foi a variação entre os 5% mais pobres e -0,3% foi a variação entre o 1% mais rico

Desigualdade em queda*



*Inclui as diferentes fontes de renda Fonte: IBGE

Rendimento dos mais pobres dobra, mas é inferior a R\$ 90 por pessoa

RIO DE JANEIRO Com a ampliação do Auxílio Brasil às vésperas das eleições, a renda média das camadas mais pobres da população avançou em 2022. É o que apontam dados divulgados nesta quinta-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo o instituto, a renda domiciliar per capita dos 5% mais pobres do Brasil em 2022, mas ainda ficou abaixo de R\$ 90 por pessoa por mês. O rendimento mensal dessa camada da população alcançou R\$ 87, em média, no ano passado.

O valor representa um salto de 102,3% em relação a 2021, quando a renda dos 5% mais pobres havia despencado a R\$ 43 por mês. Em 2012, ano inicial da série histórica, a quantia era de R\$ 82.

Os dados foram divulgados pelo instituto em termos reais, ou seja, com o ajuste pela inflação. A alta de 102,3% entre os 5% mais pobres foi a maior entre 13 faixas de população pesquisadas pelo IBGE.

Segundo o instituto, em termos relativos, os ganhos foram mais intensos entre as camadas de menor renda devido principalmente à ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 às vésperas das eleições de 2022.

No ano passado, a renda média obtida pelos brasileiros a partir de fontes como benefícios sociais alcançou patamar recorde. No levantamento, os recursos obtidos a partir de fontes como programas sociais são classificados como parte dos outros rendimentos. Em 2022, as pessoas que declararam outros rendimentos (19,1 milhões) receberam R\$ 814, em média, por mês.

Esse valor é o maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Na comparação com 2021, quando o indicador atingiu a mínima da série (R\$ 562), a alta foi de 44,8%.

O aumento significativo dos outros rendimentos ocorreu em todas as grandes regiões. O IBGE destacou as elevações no Sul (61,5%), no Norte (56,3%) e no Nordeste (50,7%).

A base fraca de comparação e a retomada do mercado de trabalho também geraram efeitos, de acordo com o órgão de pesquisas.

Além dos benefícios sociais, o cálculo dos outros rendimentos inclui ainda recursos obtidos com rentabilidade de aplicações financeiras, bolsas de estudo, direitos autorais e exploração de patentes.

Na comparação de 2019, período anterior à pandemia, com 2022, a proporção de domicílios com recebimento do Bolsa Família ou do Auxílio Brasil avançou de 14,3% para 16,9%.

Nesse mesmo recorte, o percentual de lares com BPC (Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência) passou de 3,5% para 3,7%, e de outros programas sociais subiu de 0,7% para 1,5%.

O antigo Bolsa Família foi rebatizado como Auxílio Brasil durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência, o programa voltou a ser chamado de Bolsa Família em 2023.

Ainda segundo o IBGE, o rendimento de todas as fontes, que envolve o trabalho e as outras fontes, cresceu 2% em relação a 2021, chegando a R\$ 2.533,1V

“Muitas pessoas voltaram para o mercado de trabalho, os muito pobres estão recebendo um auxílio que se compara ao auxílio emergencial em valor, e o 1% mais rico teve uma pequena redução no rendimento

Alessandra Brito analista da pesquisa do IBGE

“Vamos ter um ano cheio do benefício em 2023. A sustentabilidade [da redução da desigualdade] terá como grande prova 2024, 2025. Em 2024, isso vai ficar sujeito a questões orçamentárias

Marcelo Neri diretor do centro de políticas sociais FGV Social

Brasil ficou menos desigual em 2022 porque triplicou o Bolsa Família, não porque melhorou

ANÁLISE

Fernando Canzian

Foi secretário de Redação, editor de política, do Pnad, do programa TV Fólio, na TV Cultura, e correspondente em Nova York e Washington.

SÃO PAULO A queda da desigualdade de renda no Brasil em 2022 parece uma ótima notícia. Mas ela só ocorreu por que os brasileiros estão cada vez mais dependentes de programas sociais em uma economia que cresce pouco e entrega empregos de baixa qualidade.

Por trás da menor desigualdade da série está o fato de o país ter praticamente triplicado o gasto com o Bolsa Família em relação ao que dependia antes da pandemia. Como proporção do PIB, o valor saltou de 0,4% para mais de 1,5%. Cerca de R\$ 175 bilhões serão gastos com o programa neste ano, que atenderá quase 21 milhões de famílias, metade no Nordeste.

Não é à toa que o rendimento domiciliar per capita da metade da população mais

pobre subiu 18% no ano passado, para R\$ 537 a mês — e que a queda da desigualdade tenha sido mais proeminente nos estados nordestinos.

Na conquista por eleitores em 2022, tanto Lula quanto Bolsonaro prometeram manter o valor de R\$ 600 aos mais pobres pagos na pandemia.

Lula foi além e acrescentou um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos e mais R\$ 50 por dependente entre 7 e 17 anos ou gestante. Com isso, o valor médio aos bene-

ficiários atingiu R\$ 714. O petista foi eleito com essa plataforma na área social, assim como Bolsonaro prometera algo parecido. Politicamente, é o que grande parte do país, majoritariamente pobre, queria.

Mas não deixa de ser preocupante o fato de o país ter triplicado esse tipo de gasto social para proporcionar uma vida minimamente digna à população. Embora, mesmo assim, os 5% mais pobres ainda vivam com menos de R\$ 90 ao mês.

Em crise há muitos anos, a vizinha Argentina também foi aumentando, com o passar do tempo, gastos desse tipo, que hoje equivalem também a cerca de 1,5% do PIB. Em comum, os vizinhos mantêm o PIB per capita e níveis de produtividade estagnados há anos. E, agora, têm proximidade ideológica entre Lula e Alberto Fernández. Mas ambos os países mostram que, sem crescimento sustentável avançado por reformas pró-mercado, usar dinheiro público para combater as mazelas sociais funciona por um tempo, mas não se sustenta. Pois é dos impostos gerados pela atividade que vem o dinheiro para essas ações.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 15